

## Introdução

Dentre os escritos mais relevantes sobre a filosofia de Aristóteles no século XX —especialmente a partir da década de 50—, destacamos os numerosos estudos a respeito da *Ética Nicomaquéia*, e especialmente a respeito da natureza da *phronesis*, objeto principal do livro VI desta obra. Na verdade, este livro tem sido, no decorrer da história, desde os comentadores antigos até os dias de hoje, objeto de numerosas e sugestivas interpretações, muitas vezes diversas ou até incompatíveis e contraditórias entre si, que revelam sua importância, especialmente a da doutrina a respeito da *phronesis*, seu objeto principal. Cabe ressaltar a respeito da importância desta noção, que, de acordo com o sentido que se lhe dá em cada interpretação, a natureza e os alcances da própria ética e inclusive da própria filosofia de Aristóteles podem mudar inteiramente.

A discussão sobre a noção aristotélica da *phronesis* compreende duas linhas de abordagens. Uma delas, a mais recente, é aquela da chamada retomada ou renascimento da filosofia prática, nas décadas de 60 e 70, ocorrida na Alemanha, onde se destacou o aporte de Gadamer, Ritter e seus discípulos. Um marco desta reabilitação da filosofia prática foi o capítulo da obra *Verdade e Método*, de Gadamer, intitulado “*Atualidade hermenêutica de Aristóteles*”, no qual ele apresenta a análise aristotélica da *phronesis*, na qual crê encontrar os elementos característicos da hermenêutica, entre eles o vínculo com a situação concreta do sujeito cognoscente, a impossibilidade de aprendê-la pelo ensino e de esquecê-la, a síntese entre o conhecimento dos fins e dos meios.

A outra grande vertente na discussão sobre a natureza e o objeto da *phronesis* a partir de finais da década de 50 é aquela que tem como finalidade determinar, dentro da análise da ação humana, o que é exatamente a *phronesis* e, mais precisamente, se ela tem por objeto os fins e os meios, ou somente os meios da ação. O assunto provocou, como veremos, debates acirrados, cada vez mais fundamentados, entre os intérpretes, e continua até hoje a ser objeto de novas abordagens que visam a dar novas luzes sobre a questão.

Na exposição do livro VI, a *phronesis* é caracterizada como uma qualidade individual. Trata-se de uma virtude, correspondente a uma das partes intelectuais da alma. Esta virtude intelectual, à diferença da outra virtude da parte racional da alma, a *sophia*, implica também o bom funcionamento da outra parte da alma, a capacidade de desejar, estabelecendo um acordo entre a razão e o desejo. É próprio da *phronesis* discernir a verdade em um campo específico, o das ações humanas: a chamada “verdade prática”. Para que os raciocínios da *phronesis*, virtude intelectual, possam se traduzir nas ações concretas, é indispensável o aporte do desejo, pois o intelecto por si mesmo é incapaz de mover à ação. Este desejo deve ser correto, ou seja, deve estar de acordo com as indicações da *phronesis*, e ter por objeto um bem verdadeiro. A *phronesis* consiste, então, numa faculdade de raciocinar corretamente: não é uma intuição, mas um procedimento racional particular em forma de uma pesquisa prática, que, a partir de um fim e numa dada situação, busca os meios para tornar realizável este fim universal. Um aspecto interessante é que este meio não tem que ser necessariamente o único, basta que seja viável e conveniente. Pode-se dizer que a *phronesis* tem como objeto as boas ações, compreendidas no termo geral *eupraxia*, meta do raciocínio prático—, que deve ser determinado em certas ações particulares. A tarefa da *phronesis* é, portanto, a especificação desta *eupraxia*, na qual entra a consideração dos fins e dos meios, num raciocínio similar a um silogismo.

Neste tipo peculiar de silogismo, a premissa maior exprimiria o fim desejado, e a menor o meio necessário para alcançar tal fim. Na passagem acima, observa-se uma relação entre a *phronesis* e a virtude ética. A premissa maior não só indica o fim — o que seria um princípio prático—, mas tem como requisito que o agente seja bom. Daí parece resultar também que, ao se dar como pressuposta na premissa maior a indicação do fim, o resultado da *phronesis* consista na indicação, na premissa menor, do meio mais apropriado para obter tal fim virtuosamente.

Surge, neste aspecto da deliberação, uma questão importante sobre a natureza e os alcances da *phronesis*: A que ela diz respeito? A deliberação e a escolha que ela envolve são a respeito somente dos meios adequados para se alcançar o fim desejado, ou poder-se-ia admitir alguma deliberação também a respeito do próprio fim? Como virtude intelectual, existe um consenso de que ela é uma espécie de conhecimento. Mas aqui levanta-se a questão: a *phronesis* é o

conhecimento de quê? Um conhecimento, de caráter “técnico”, limitado aos meios para um fim dado, ou um conhecimento mais elevado, que atinge também —e sobretudo— o fim último, o princípio da ética?

Este problema levantou uma discussão entre os comentadores, como recorda Berti: “A este respeito houve uma célebre discussão entre quem sustentasse que a *phronesis*, em Aristóteles, compreende o conhecimento do fim, e quem, ao contrário, sustentasse que é essencialmente conhecimento dos meios”<sup>1</sup>. O mesmo autor recorda uma passagem ambígua de Aristóteles, que serve para complicar esta discussão:

Se, pois, é característico dos homens dotados de *phronesis* o ter deliberado bem, a excelência da deliberação será a correção no que diz respeito àquilo que conduz ao fim de que a *phronesis* é a apreensão verdadeira”<sup>2</sup>.

A ambigüidade desta afirmação, como se pode ver, está em que a expressão “de que” poderia estar se referindo tanto a “fim” como “àquilo que conduz ao fim”. Considerando somente esta passagem, portanto, não parece evidente se a *phronesis* consiste na apreensão verdadeira do fim ou do meio.

Na verdade, a esta questão sobre a deliberação e a escolha —ou seja, se deliberamos sobre os meios ou também sobre os fins— aponta para uma questão mais profunda, na qual respectivamente aparecem *duas posturas* diferentes, a respeito da própria natureza da *phronesis* tal como aparece na *Ética Nicomaquéia*:

Aqueles que consideram que é próprio da *phronesis* deliberar somente sobre os meios, tem como fundamento desta postura uma visão de que a doutrina de Aristóteles na *Ética Nicomaquéia* é uma espécie de empirismo moral, fruto de uma ruptura com a metafísica platônica. Por outro lado, os que reagiram a tal possibilidade “empirista” afirmando que compete à *phronesis* também deliberar sobre os fins tenderam a inclinar-se para uma visão mais “intelectualista”, ligada à concepção socrática. Esta oposição de posturas animou os debates de algumas décadas atrás.

A discussão sobre fins e meios, na verdade, é mais antiga. Pode-se identificar suas origens nos debates ocorridos na Alemanha na segunda metade do

---

<sup>1</sup> BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles.*, p. 153.

<sup>2</sup> ARISTÓTELES, *Ética Nicomaquéia* (daqui em diante *E.N.*), VI, 10, 1142 b 32-33.

século XIX, entre aristotélicos e neo-kantianos. Segundo alguns autores, pode-se identificar o início destas querelas modernas num escrito de J. Walter (*Die Lehre von praktischer Vernunft in der griechischen Philosophie*, 1874), que, em um tom polêmico, busca refutar um escrito anti-kantiano sobre a razão prática escrito duas décadas antes por Trendelenburg e Teichmüller, que atribuíam à razão prática —ao *nous praktikos*— de Aristóteles, da qual a *phronesis* é a excelência, a capacidade de apreender naturalmente os princípios da ética, de modo similar à *sindérese tomista*, como se fosse uma espécie de antecipação da razão prática de Kant. Contestando veementemente estes autores, Walter afirma que a *phronesis* do livro VI da *Ética Nicomaquéia*, ao não estar secundada pela *sindérese* como a prudência tomista, estaria limitada ao conhecimento dos meios da ação moral, e a determinação do fim das ações estaria abandonada à virtude ética —no campo do desejo—, sem qualquer ajuda da razão. De certa maneira, esta abordagem influencia o *Aristóteles* (1923) de Werner Jaeger que, ao introduzir uma abordagem histórica sobre a *phronesis*, afirma o desenvolvimento da ética de Aristóteles na linha de uma dissociação gradativa entre a razão teórica e a razão prática, até que no livro VI da *Ética Nicomaquéia*, a *phronesis* apareceria destituída de todo significado teórico, como uma espécie de “senso moral” que guiaria a ação do homem, sem necessidade de qualquer norma transcendente.

A discussão levantada no século XIX prosseguiu então no famoso debate ocorrido nos anos 50 e 60, a respeito do objeto da *phronesis*. Como expoentes principais das duas posturas opostas no debate, identificamos de um lado o Padre René-Antoine Gauthier, autor de uma das mais célebres traduções comentadas da *Ética Nicomaquéia*, e do outro, Pierre Aubenque, autor, dentre outros livros, de “*A prudência em Aristóteles*”. Para o primeiro, numa concepção que tende segundo seus críticos a um “intelectualismo”, a *phronesis* seria antes de mais nada o “conhecimento do fim do homem”, que versa sobre as normas gerais da ação e nos permite aplicá-las às diferentes situações particulares do agir. Ao contrário, para Aubenque, ela é uma virtude mais modesta, uma espécie de habilidade, que, presa à precariedade das situações contingentes, características do agir humano, limita-se a determinar quais são os meios com vistas a um fim moral, que ela não conhece, mas recebe da virtude ética.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os diferentes aspectos destas notáveis discussões a respeito da natureza e, mais precisamente, do objeto da *phronesis*.

No primeiro capítulo, a título de apresentação prévia, faremos uma breve exposição de conceitos fundamentais do desenvolvimento da doutrina da *Ética Nicomaquéia*. Esta apresentação visa a proporcionar ao leitor situar-se melhor dentro das discussões sobre a *phronesis*. A primeira noção mencionada é a de *eudaimonia*: veremos, de modo breve, em que consiste a realização mais elevada do homem para Aristóteles, e como a virtude constitui um requisito para alcançar tal realização. Em seguida, aprofundando este conceito de virtude, veremos como Aristóteles o divide em dois ramos, de acordo com a divisão que faz da alma humana: da parte irracional da alma, há virtudes, chamadas de éticas ou morais, objeto dos livros de II a V da *Ética Nicomaquéia*; da parte racional, há outras virtudes, chamadas de dianoéticas ou intelectuais, —objeto do livro VI—, dentre as quais se destaca a *phronesis*. Veremos também que Aristóteles faz outra distinção dentro da parte intelectual da alma, de acordo com os objetos de cada uma: uma parte tem por objeto realidades que não podem ser diferentemente do que são —o intelecto teórico—, e a outra versa sobre as coisas variáveis —o intelecto prático. A *phronesis* aparece como a excelência própria deste intelecto prático. Finalmente, apresentamos de maneira brevíssima as características principais da *phronesis*, seguindo a exposição de Aristóteles.

Feita esta necessária apresentação, passamos no segundo capítulo à exposição das origens modernas da discussão sobre a *phronesis*, nos debates ocorridos entre os autores mencionados acima na Alemanha do final do século XIX. Estes debates foram marcados pelas polêmicas entre os aristotélicos de tradição mais ou menos tomista e os neo-kantianos, cujos protagonistas foram Teichmüller e Trendelenburg, entre os primeiros, e Walter, entre os últimos. As discussões de então giravam em torno da possibilidade ou não de aproximar o *nous praktikos* de Aristóteles da razão prática (*praktische Vernunft*) kantiana. Os intérpretes de linha tradicional tenderam a forçar esta identificação, de tal maneira que a *phronesis*, excelência própria do intelecto prático, seria capaz de apreender ela mesma os fins últimos da moral, fazendo frente à razão prática de Kant, da qual seria uma antecipação. O debate sobre a *phronesis* teve início com a resposta dos neo-kantianos, especialmente de Walter, que negou à *phronesis* tal capacidade

de conhecer os fins, limitando-a ao conhecimento dos meios da ação. Neste capítulo apresentaremos ainda a exposição de W. Jaeger a respeito da *phronesis*, que serviu para estabelecer um novo critério —o de um desenvolvimento histórico— de abordagem ao pensamento de Aristóteles. No que diz respeito à ética, veremos como Jaeger estabelece um quadro evolutivo, no qual Aristóteles, partindo de um uso platônico da *phronesis* no Protréptico (uma *phronesis-sophia*), vai abandonando gradualmente a ligação entre a ética e a metafísica, até afirmar na *Ética Nicomaquéia* uma *phronesis* limitada apenas a uma espécie de intuição moral, sem referência à norma transcendente.

A abordagem de Jaeger—que influenciou, mesmo que de maneiras diversas, os exegetas posteriores—, serve como ponte para a exposição do capítulo central, onde se enumeram com mais detalhes os principais aspectos do debate sobre fins e meios. Tomando como base para as posturas opostas as interpretações de Gauthier e Aubenque, enumeram-se as posições de cada um dos antagonistas, procurando identificar suas principais características, assim como seus principais fundamentos e linhas de argumentação. Para Gauthier —numa reação ao empirismo moral de outros autores, que teriam reduzido a *phronesis* a uma mera habilidade—é essencialmente conhecimento dos fins. Esta postura busca manter a ligação entre metafísica e ética: a *phronesis*, apesar de ser um conhecimento voltado à *praxis*, não deixa de ser um conhecimento. A *phronesis* incluiria também o desejo e a virtude, mas, por ser intelectual, consistiria sobretudo na determinação do fim e não só dos meios. Por outro lado, na interpretação de Pierre Aubenque, a *phronesis* é essencialmente o conhecimento dos meios. Aubenque procura oferecer uma alternativa ao empirismo moral dos modernos, afirmando na *Ética Nicomaquéia* a volta uma *phronesis* pré-platônica, ligada à metafísica da contingência de um mundo que se tornou inacessível à Providência divina e abandonado às vicissitudes do acaso depois da ruptura com a metafísica platônica, presente nos primeiros escritos relacionados à ética. Entretanto, a *phronesis* da *Ética Nicomaquéia*, para Aubenque, é uma solução limitada e claudicante ao problema da inacessibilidade do mundo contingente às determinações da razão.

Faremos uma comparação das posturas em conflito desde diversos pontos de vista. Primeiramente, a discussão sobre como traduzir o termo *phronesis*: como “sabedoria”, invocando o caráter mais elevado desta virtude e inclusive

aproximando-a da *sophia*, ou como “prudência”, termo menos elevado, ligado ainda à idéia de perspicácia? Em seguida, aprofunda-se a discussão de se a *phronesis* versa sobre os fins ou os meios, a partir de algumas passagens do texto da *Ética Nicomaquéia*. Um aspecto central da discussão é o debate a respeito da *proairesis* (escolha ou intenção moral), instrumento psicológico da *phronesis*: veremos como os autores têm interpretações divergentes do significado de *proairesis* em suas diversas menções no texto de Aristóteles. Finalmente, expõem-se as discussões a respeito da polêmica passagem da definição da *euboulia* (1142 b 32-33), de redação ambígua, que deu margem a distintas formas de compreensão, servindo de fundamento, inclusive, para interpretações completamente divergentes entre si, da *phronesis* e seu objeto.

Entretanto, mesmo após estes acirrados debates, a questão permanece aberta, motivando novas discussões sobre o assunto. No quarto capítulo apresentaremos algumas das tentativas mais recentes, ocorridas sobretudo a partir da década de 90, de propor novas soluções para o tema, a fim de superar as oposições e polarizações das décadas anteriores. Dentre os numerosos estudiosos que se dedicaram ao problema, enumeraremos apenas quatro, a título de exemplo —Carlo Natali, Pierre Rodrigo, Jean-Yves Chateau e Gaëlle Fiasse—, a fim de encontrar pistas que nos ajudem a compreender em que direção se encaminham as aproximações mais recentes a respeito da questão dos fins e dos meios.

Cabe observar que o objetivo principal deste trabalho é apresentar, da forma mais imparcial possível, os diferentes momentos da discussão sobre a *phronesis*, deixando as apreciações pessoais e tomadas de postura para a conclusão desta dissertação.